



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - OBRAS INACABADAS		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 000642/01	DATA: 27/06/01
INÍCIO: 16:22	TÉRMINO: 17:06	DURAÇÃO: 0:44
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 0:45	PÁGINAS: 22	QUARTOS: 9
REVISORES:		
SUPERVISÃO: ZUZU		
CONCATENAÇÃO: ZUZU		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Aprovação dos Requerimentos nºs 105/01, 106/01, 107/01 e 108/01. Retirada do Requerimento nº 99/01.

OBSERVAÇÕES

Há falha na gravação.  
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Tendo em vista a distribuição antecipada de cópia da ata da reunião anterior, consulto o Plenário sobre a necessidade de sua leitura. Tem a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir que seja liberada a leitura da ata anterior por motivo de ter sido distribuída uma cópia para cada um deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Dispensada a leitura, vou colocar a ata em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovada. Expediente. Peço à Secretária que distribua o resumo da correspondência e faça constar da ata da reunião. Esta reunião foi convocada para a deliberação dos requerimentos. Encontram-se sobre a mesa os seguintes requerimentos: nº 99/01, do Deputado Magno Malta, que pediu para retirar da pauta. Nós vamos retirar o requerimento, por solicitação do autor; Requerimento nº 105/01, do Deputado Carlos Alberto Rosado, “requer sejam investigadas as obras de construção e equipamentos do Hospital Terciário em Natal. As obras de construção e equipamentos do Hospital Terciário do Rio Grande do Norte. Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira, em nome do autor.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma obra muito importante que o nobre Deputado Carlos Alberto Rosado requereu para que seja feita uma verificação de um hospital, de equipamentos do hospital, construção e equipamento do hospital, que é muito importante para o Estado, para, inclusive para Natal e para o Estado do Rio Grande do Norte. Uma obra que vem



parada, que vem trazendo grande prejuízo à nossa comunidade. Inclusive recebendo recursos federais que foram repassados e não foram aplicados em equipamento e em obra. E estão hoje paralisados dando prejuízo muito grande à população de Natal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira usar da palavra, vamos colocar em votação. Em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*  
Aprovado.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Sr. Presidente, de acordo com o art. 185, § 3º, combinado com o art. 10 e 11, solicito verificação de votação.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Sr. Presidente, mas já foi falado “aprovado”, infelizmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado Luciano, essa matéria foi aprovada. Só na próxima votação, o senhor pediria a verificação.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Não, Excelência. Como eu estou aqui como Líder do Governo e represento a maioria de mais do que 10% da Casa, eu posso solicitar a verificação de votação sem o interstício de uma hora. Em todo o caso, estou solicitando a verificação neste momento. Se nós perdermos a verificação, nós analisaremos. E ela foi pedida após anunciado o resultado, como manda o Regimento.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Sim, eu gostaria de verificar o seguinte: não é a questão do interstício. O que está se colocando é que, feita a declaração do resultado, foi pedido em tempo certo. Essa é a questão, porque independente de maioria ou minoria a verificação pode ser feita.



**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Não, eu esperei exatamente o nobre Presidente anunciar o resultado, como manda o Regimento no art. 85, § 3º e § 4º que diz que, após anunciado o resultado, é o momento de se pedir a verificação de votação. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Vamos conceder, então... Foi solicitada, então, vamos conceder a verificação de **quorum**. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Sr. Presidente, pela ordem. Como estou acabando de chegar aqui ao recinto, eu estava em uma outra reunião, eu gostaria, só a título de esclarecimento que fosse informado qual foi o requerimento que foi... É o nº 2?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não. Só foi porque o nº 1 foi retirado de pauta, a pedido do autor, do Deputado Magno Malta. Foi aprovado só o requerimento do Deputado Carlos Alberto Rosado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Foi aprovado e foi pedido agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - ...verificação de **quorum**. *(Pausa.)* Bom, vamos, então, à verificação de **quorum**. Vou chamar pelo nome os titulares. Deputado André Benassi. *(Pausa.)* Eu queria nomear o Deputado Avenzoar Arruda para que ele pudesse secretariar aqui essa verificação de **quorum**. *(Falha na gravação.)*

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Eu pedi verificação de votação. *(Falha na gravação.)* Quando termina a votação, você tem o direito a pedir a verificação de votação. Foi o que eu solicitei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Sim, mas acontece que já foi aprovado, Deputado.



**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Eu sei, Excelência, acontece que como o Regimento... Se o senhor quiser ler no art. 185, § 3º, “após anunciado o resultado de votação poderá ser solicitada a verificação de votação. A solicitação poderá ser feita por Deputados que representem xis por cento da Comissão ou por líderes ou vice-líderes que representem a mesma proporcionalidade”. É isso que eu estou fazendo, absolutamente dentro do Regimento Interno. Por sinal, até comentei com V.Exa., antes de começar a sessão, para não ser indelicado agora nesse momento. *(Falha na gravação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Deputado André Benassi. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** - Pela ordem, Sr. Presidente. Queria que V.Exa. pudesse me esclarecer. Na última reunião que nós fizemos eu apresentei um requerimento no qual sugeria que esta Comissão já dava autorização a esta Comissão a fazer visitas em todos os Estados brasileiros. Minha pergunta é a seguinte: esse requerimento foi aprovado? Não seria necessário requerimento de outras visitas, já que ele foi genérico, e não cabe a essa Presidência escolher data junto conosco, nossos companheiros Deputados, para irmos até esses Estados, esses Municípios, verificar essas obras que estão inacabadas no País? É só essa a informação que eu queria saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Só para esclarecimento, Deputado. O senhor está pedindo verificação de **quorum** da sessão, não da votação?

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Não, senhor, eu vou tentar...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Desculpe, Deputado, é só para esclarecimento nosso e do próprio Plenário.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – É da votação. Pelo seguinte, Sr. Presidente, eu poderia questionar o **quorum** antecipadamente. Mas para permitir a fase inicial de debates, que houve aqui aprovação de atas, etc. Por sinal, o **quorum** da abertura deve ser considerado o **quorum** da Casa, e não o **quorum** de presença física. Já o **quorum** de votação, como prevê o Regimento, deve ser considerada a presença física. Mas, normalmente, quando os procedimentos são normais, essa presença física é considerada apenas em função da votação simbólica. Mas no processo de votação específico, para não gerar nenhum constrangimento, o art. 185 diz que, imediatamente após anunciado o voto pelo Presidente, deverá consultar o Plenário. Na verdade, a gente nunca consulta, a gente só anuncia o resultado, aprovado ou rejeitado. E neste momento é assegurada a verificação de votação, que é o que eu fiz. A verificação de votação que eu fiz foi garantida no art. 185, pelo meu direito concedido no seu § 3º, porque eu represento os Líderes, que representam a maioria dos presentes. E a minha condição de Líder é garantida, combinada com o art. 10 e 11, já que eu sou nomeado pelo Presidente da República como Vice-Líder, que passa a ocupar as funções do art. 10. Só estou-lhe ponderando isso porque, pelas minhas obrigações regimentais, eu faço isso periodicamente, pelo menos todos os dias aqui que tem Plenário, e não tenho nenhuma dúvida do procedimento. Então, é uma verificação de votação. Caso contrário, a votação já teria se procedido.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Pois não.



**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Eu queria que o senhor respondesse a minha questão de ordem com respeito ao meu requerimento que foi apresentado na sessão anterior, que já autorizava a visita prévia em todos os Estados brasileiros. Se já não supre este requerimento, que ora está sendo questionado e foi pedido verificação de votação aqui pelo nosso nobre colega Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Eu pediria só um pouco de paciência ao Deputado Sérgio Reis, porque estou vendo uma questão regimental para depois a gente discutir isso daí. Em atendimento ao Líder do Governo, nós, técnicos da Mesa, nós estamos questionando o que o senhor colocou, porque o Regimento, no art. 185, § 1º, diz: “Havendo votação divergente, o Presidente consultará o Plenário se há dúvida quanto ao resultado proclamado, assegurando a oportunidade de formular-se pedido de verificação” de votação. Somente se houve votação divergente. Não foi o caso aqui. Nós não tivemos votação divergente. Quer dizer, nessa votação o requerimento foi aprovado.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Lamento, Excelência, há uma divergência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Mas divergência na votação.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – A divergência é de **quorum**. Por isso, eu quero confirmar a divergência de **quorum**. A divergência não está explícita... Excelência, infelizmente, exercito isso todos os dias. Não quero me contrapor a V.Exa.. Se V.Exa. não quiser acatar, é um direito de V.Exa.. Vou recorrer à Mesa para nós anularmos depois todas as reuniões obviamente em que isso for aplicado, mas para não gerar esse nível de prejuízo. A divergência que está



acontecendo nesta votação é de **quorum**. Por isso, pedi a sua verificação. Não tenho direito a voto nesta Comissão. Tenho direito a palavra e a pedidos de verificações. Portanto, isso é absolutamente regimental. A divergência evidente é a de **quorum**. O senhor proclamou a aprovação. A aprovação exige **quorum** qualificado. Há uma divergência. Eu solicito que essa divergência seja avaliada pela verificação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Então, queria pedir a V.Exa que encaminhasse à Mesa o seu requerimento porque essa matéria nós já consideramos como aprovada. A matéria aprovada, não cabe recurso.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** - Não, Excelência. Não precisa de requerimento por escrito quando é feito por Líder. Caso contrário, se isso fosse necessário não haveria mais plenário. Se isso fosse necessário, todos os dias quando a Oposição pede verificação em plenário, alguém diria que teria que mandar por escrito lá para a Mesa. Isso não é regimental. Agora, se V.Exa. assim desejar, eu também entrarei com requerimento solicitando a nulidade da sessão.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Sr. Presidente, eu gostaria de contraditar a questão de ordem, contra-argumentar. Vejamos, eu inclusive quando apresentei... quando o Líder do Governo apresentou o pedido de verificação, entendi que era absolutamente normal fazer o pedido de verificação após a proclamação do resultado. É assim que ocorre no plenário. É assim que ocorre nas Comissões, mas por isso que me acostava... estava achando irrelevante a questão de ter voto divergente ou não, porque entendia que havia divergência manifesta em plenário. Não é o caso. Por que? Porque ele não é membro da Comissão e não tem nenhum Deputado que manifeste a posição divergente. Essa questão é fundamental.





**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** - Excelência...

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Me permita eu concluir.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Claro, desculpe. Mas o senhor está questionando a existência de Líderes nesta Casa.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Não, não, não.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – E os senhores também têm Líderes.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Não. Não estou questionando isso, não. Eu não estou questionando. Vejam. Eu estou dizendo o seguinte: eu estou contraditando a questão de ordem de que, por exemplo, nós, na Comissão de Trabalho, já tivemos essa oportunidade. Eu tenho divergências, mas, às vezes, tenho que requisitar um Vice-Líder para fazer o pedido de verificação. Isso é correto! Absolutamente correto, mas tem que manifestar a divergência da votação. Óbvio! Me parece que essa questão lá no plenário, se me permite, para ser explícito, já havia, inclusive, o Deputado Michel Temer, quando presidia a Casa, nos negar a verificação exatamente disso. Não se manifestou a divergência. Se não se manifestou a divergência não pode se pedir a verificação. Aí tá correto! Eu entendia, e por isso estava apoiando vosso pedido porque entendia que V.Exa. estava manifestando divergência, mas sem ser membro da Casa, eu tenho a impressão... membro da Comissão, tenho a impressão que não há divergência. Se é consensual, como é que vai verificar?

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** - Sr. Presidente, eu vou ler o art. 10 que eu utilizei para o meu pedido de verificação. “Art. 10 – O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas: Inciso III – participar



pessoalmente ou por intermédio dos seus vice-líderes dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto.” Portanto, eu não poderia votar de maneira divergente. “...mas podendo encaminhar a votação ou requerer verificação desta.” Como estou utilizando o art. 185 apenas para dizer em que momento eu pediria e o art. 10, que é textual, me permitindo o direito de pedir verificação de votação, e no art. 10 não está inscrito a questão da divergência, insisto a V.Exa. que estou pedindo verificação de votação para que nós possamos continuar a ter nesta Casa o direito da Minoria e da Maioria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Deputado Luciano, eu só queria solicitar... Nós vamos encaminhar o próprio requerimento e na hora oportuna o senhor pede a verificação de acordo com o nosso entendimento, e eu darei ao senhor a verificação do **quorum** na hora oportuna. E o encaminhamento o senhor faz à Mesa. Pode encaminhar o recurso que nós vamos analisar.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** - Eu então estou recorrendo à Mesa da Casa da sua decisão de não conceder o pedido de verificação de votação no momento exato feito por um Líder da Casa, solicitando que este recurso, após ser julgado, se for julgado procedente, anule todos os trabalhos dessa Comissão a partir desse momento, porque obviamente a Comissão vai continuar a trabalhar, nos próximos dias, com conseqüências dessa votação. Obrigado, Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Requerimento 106/01, do Deputado Roberto Pessoa.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** - Sr. Presidente, solicito verificação de **quorum**, por gentileza. Ou também não posso?



**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** - Também o senhor pode negar. O senhor já vai anular uma votação.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** - Não, eu combinei com ele.

*(Pausa.)* Só quero alertar a V.Exa. que eu fui questionado pelo nobre Deputado que eu combinei com V.Exa., antes dessa reunião, porque fui extremamente ético dizendo que, na primeira votação, após o senhor anunciar a primeira votação eu faria um pedido de verificação de votação. V.Exa. até agradeceu a gentileza. Eu disse: se o senhor quiser decidir pela falta de **quorum** evidente... Por isso, eu só quero reiterar aqui porque o que eu fiz foi absolutamente ético, em respeito a essa Comissão, e o meu recurso é para comprovar-se que estamos agindo corretamente. E lamento a decisão tomada porque agora nós conhecemos uma regra do jogo, divergente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – E só para esclarecimento da V.Exa., já que o senhor... V.Exa. tocou no assunto, quando no... no início dessa sessão, inclusive perguntei a V.Exa., depois de ter conversado, quando o senhor... V.Exa. entrou nessa sessão, eu perguntei, fiz um sinal se o senhor queria usar da palavra, e o senhor disse que não queria. Então, de acordo com o que nós combinamos, eu cumpri o meu papel. Verificação de **quorum** é... Eu gostaria que o Deputado...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** - Só gostaria de alertar a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - ...Avenzoar Arruda viesse aqui na Mesa...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** - Se o senhor permitir...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - ...pra colocar...



**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** - Gostaria de orientar a nobre Liderança do Governo, as bancadas que eventualmente façam parte da Base do Governo e queiram participar, de que a nossa bancada está em obstrução, se os Deputados puderem não participar da votação. Claro que essa é uma decisão de cada Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** - Sr. Presidente, para discutir o assunto. Ema verdade, nós estamos aqui, representamos a Base do Governo e... e queremos apoiar a decisão do Vice-Líder Luciano Pizzatto, desde que recebamos do Vice-Líder, que neste momento representa o Líder, quais os motivos, em reunião particular ou de forma pública, quais os motivos que estão levando a Liderança do Partido da Frente Liberal, representada aqui pelo Deputado Luciano Pizzatto, a proceder dessa forma.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Eu posso esclarecer, Excelência. Eu não estou aqui em nome do Partido da Frente Liberal, estou em nome da Liderança do Governo, que convidou todos os partidos para uma reunião hoje, pra discutir os procedimentos de trabalho, para agilizar os procedimentos de trabalho desta Comissão. Por sinal, vários Deputados que conseguiram, nesse dia tumultuado, participaram desta reunião. Infelizmente V.Exa. deveria estar votando e não pôde comparecer, mas provavelmente foi convidado, né? Se não foi, peço o meu pedido de desculpas. Nessa reunião prévia, foi observado que nós já temos mais de uma centena de requerimentos aprovados nessa Comissão ou chegaremos lá hoje, talvez a 107 hoje. Nós, da Liderança do Governo e provavelmente da Liderança do PFL, do PSDB e outro, nós ainda não temos sistematizados esses 107 requerimentos. Não temos, inclusive, a capacidade de julgar e organizar o nosso



processo de trabalho e apoio a essa Comissão. E cremos que, como é essa última reunião da Comissão antes do recesso parlamentar, que, se nós pudermos parar para receber, como eu já solicitei à Secretária da Mesa e reiterarei aqui hoje, os requerimentos por ordem, processo etc, nós teremos condição de dar a cada membro da Base do Governo uma orientação do espaço que está sendo utilizado, a linha de ação que está sendo utilizada, porque nós aqui fomos indicados pelos nossos partidos para participar dessa Comissão. Essa é a justificativa, não há nenhum subterfúgio, não há nenhum problema específico com os requerimentos de hoje, mas infelizmente estamos tentando analisar essa sistemática, até mesmo porque, talvez por uma falha nossa, eu não posso aqui acusar ninguém, mas por uma falha nossa, nós estamos tendo uma dificuldade enorme para poder acompanhar a pauta desta Comissão. Por isso é que nós estamos pedindo hoje que não sejam votados mais requerimentos até que nós possamos sistematizar esse imenso trabalho de mais de uma centena de requerimentos já emitidos e que, sem dúvida, irão ajudar em muito essa Comissão a trabalhar após sistematizada. Espero que tenha podido esclarecer a V.Exa..

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** – Eu agradeço os esclarecimentos. Indago à Presidência da Casa se existe data fixando um prazo limite para apresentação de requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE**(Deputado Damião Feliciano) – Não, não existe.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE**(Deputado Damião Feliciano) – Bom, verificação de **quorum**. Deputado André Benassi. Ausente. Deputado Anivaldo Vale. Ausente.



Deputado Nelson Otoch. Ausente. Deputado Sérgio Reis. Presente. Deputado Carlos Alberto Rosado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** – Presente.

**O SR. PRESIDENTE**(Deputado Damião Feliciano) – Deputado Francisco Garcia. Presente. Deputado Roberto Pessoa. Ausente. Deputado Damião Feliciano. Presente. Deputado João Matos. Presente. Deputado Norberto Teixeira.

**O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA** – Presente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Continue a chamada.

**O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS** – Por favor, abrindo o jogo. Eu estive, fui convidado para uma reunião que fui e não sabia qual era a reunião, escutei, estou presente, registrei a presença. Só isso. Eu acho que temos que ter cuidado. Não podemos transformar essa CPI, como querem alguns, em mais uma CPI que não leve à nada ou uma CPI que queira tumultuar. Eu acho que essa CPI é bem diferente de outras CPIs que por aí existem. Agora, eu sentei numa reunião, junto com um grupo de Deputados, abrindo o jogo, onde cheguei já nos últimos 5 minutos e não sabia para o que fui convidado. Eu vim aqui, estou sentado, estou registrando presença.

**O SR. PRESIDENTE**(Deputado Damião Feliciano) – Deputado Luciano... Então, vamos continuar a verificação de **quorum**. Deputado João Coser. Ausente. ausente. Deputado José Pimentel. Ausente. Deputado Augusto Nardes. Ausente. *(Risos)* Presente, desculpe, para registro taquigráfico. Deputado Luiz Fernando. Ausente. Deputado Paulo Baltazar. Presente. Deputado Regis Cavalcante.

**O SR. DEPUTADO REGIS CAVALCANTE** – Presente.



**O SR. PRESIDENTE**(Deputado Damião Feliciano) – Presente. Deputado Magno Malta. Ausente. Deputado Geraldo Magela. Ausente. Vamos à verificação do **quorum** dos suplentes. Deputado Augusto Franco. Ausente. Deputado Clovis Volpi. Ausente. Eduardo Seabra. Ausente. Deputado Ronaldo Cezar Coelho... É secretário. Deputado Cleuber Carneiro. Ausente. Deputado Luiz Moreira. Do PMDB, Deputado João Henrique. Ausente. Luiz Moreira e Cleuber Carneiro também estão ausentes. Deputado Avenzoar Arruda. Presente. Deputado Waldomiro Barancelli Fioravante. Ausente. Deputado Djalma Paes. Ausente. Deputado Giovanni Queiroz. Ausente. Deputado Lincoln Portela. Ausente. Deputada Tânia Soares. Ausente.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma indagação pra saber o seguinte: se isso... qual é a consequência dessa situação. Porque, pelo o que eu entendo...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – V.Exa. não pode levantar questão de ordem, anunciado o resultado — art. 185, inciso III —, porque nós precisamos anunciar o resultado. Caso contrário, estamos ganhando tempo. Eu já posso ter perdido, mas eu gostaria que fosse anunciado o resultado.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Era uma indagação, não era uma questão de ordem, um esclarecimento de proclamação de resultado, porque, como não é uma verificação...

**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Mas está encerrada a votação?

**O SR. PRESIDENTE**(Deputado Damião Feliciano) – O **quorum** foi verificado, Dr. Luciano, e há **quorum** suficiente.



**O SR. DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO** – Então, anuncie o resultado, por gentileza, encerre a votação. Aí pode ser levantada uma questão de ordem pelo nobre Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE**(Deputado Damião Feliciano) – Há 10 presentes e há **quorum** suficiente para continuar a sessão. Em votação...

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Sr. Presidente, eu tenho uma questão, vou formular agora, que é o seguinte: no meu entendimento, pra gente esclarecer isso, eu gostaria que não fosse respondida agora essa questão de ordem. Eu vou formular para que a Mesa da Comissão, posteriormente, possa dirimir, porque pode ser uma questão recorrente, que é a questão de pedido de verificação e pedido de **quorum**. Eu fiquei, confesso, com dúvida sobre isso. Eu nunca me deparei com essa situação, ou seja, de você... normalmente, pós votação, geralmente que eu entendo, é pedido de verificação e derruba a sessão se não houver **quorum** na votação; não é no meio de uma discussão ou no meio de uma sessão. Mas eu não quero formular isso, ou seja, pra ser respondida de plano. Eu gostaria que V.Exa. acolhesse esse pedido e trouxesse isso, porque pode ser uma questão recorrente, pedido de **quorum** e pedido de verificação, mais ou menos uma orientação pra que a gente não se depare mais com situações dessa natureza. Só isso que estou formulando, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE**(Deputado Damião Feliciano) – Requerimento nº 106, do Deputado Roberto Pessoa, solicitando seja convidado o Dr. Aloízio Campos da Paz, Diretor da Rede Sarah de Hospitais e de Aparelho Locomotor a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimento sobre o andamento das obras da unidade do





Hospital Sarah Kubitschek, em Fortaleza, Ceará. Com a palavra o Deputado Betinho Rosado para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO** – Sr. Presidente, talvez até esse requerimento pudesse ser estendido a outros Estados ou outras obras existentes no Brasil e conduzidas pelo Hospital Sarah Kubitschek. O Hospital Sarah Kubitschek, aliado ao excelente serviço que presta à sociedade brasileira, tem um custo altíssimo de execução desse serviço. E talvez esse custo altíssimo de execução de serviço do Sarah Kubitschek seja por conta de que o Sarah não... a Fundação não presta somente o serviço médico na condição do hospital. A Fundação assumiu o treinamento e a construção — o treinamento de pessoal de outros hospitais — e a construção dos outros hospitais. No meu modo de entender, Sr. Presidente, há um desvio de finalidade, de objetivo da Fundação Sarah Kubitschek. A Fundação, de forma nenhuma, deveria assumir a construção de outros hospitais no Brasil. E talvez seja por isso que o custo da Fundação, da manutenção da Fundação seja tão caro hoje para a sociedade brasileira. O que nós estamos pedindo aqui é a verificação dos custos, os motivos pelo atraso da construção do Hospital Sarah Kubitschek de Fortaleza, da filial. Talvez fosse necessário discutir também o do Rio Grande do Norte, e talvez discutir a promessa de implantação de um no Estado da Paraíba, em tantos outros Estados brasileiros. Portanto, mais do que pertinente, uma obrigação da Comissão estudar a Fundação Sarah Kubitschek, os custos, os retornos e, principalmente, dentro do objetivo da nossa Comissão, estudar as obras inacabadas, como é o caso do hospital de Fortaleza. Portanto, eu peço aos pares que estão presentes à reunião o apoio à proposta minha em parceria com o Deputado Roberto Pessoa.



**O SR. PRESIDENTE**(Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira usar da palavra, vamos botar o requerimento em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado. O Deputado Anivaldo Vale requer a convocação do Secretário Federal de Controle do Ministério da Fazenda, Secretário de Planejamento e Orçamento de cada Ministério, dos órgãos do Poder Judiciário. Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Paulo Baltazar.

**O SR. DEPUTADO PAULO BALTAZAR** – Sr. Presidente, fui pego de surpresa para encaminhar essa votação. Eu entendo que os requerimentos colocados, é assim que eu entendo na Comissão, devem ser aprovados porque, apesar de nós precisarmos ter uma dinâmica, uma sistematização para começarmos a fazer o trabalho que se avoluma — nós já discutimos isso —, mas os requerimentos visam fortalecer essa base de dados para que possamos dimensionar o trabalho, e aí ir a campo. Portanto, acho que devemos aprovar o requerimento para que possamos até enriquecendo a base, depois, se for necessário, juntamos as questões que são coincidentes e avançamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira usar da palavra é colocado em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado. O Deputado Anivaldo Vale requer cópia do relatório da auditoria do exercício de 2000 encaminhado pelo TCU à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, nº 108/01. Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Avenzoar Arruda.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** – Sr. Presidente, o presente requerimento, além de ser da lavra do Relator desta Comissão, que, portanto, me parece sentir a necessidade dessas informações para ir já consubstanciando seu



relatório, acho que é fundamental para o trabalho desta Comissão, porque nós já solicitamos os procedimentos do TCU sobre anos anteriores, e nada mais justo que completemos também com essa solicitação do exercício do ano 2000. Portanto, creio eu que esse requerimento, embora todos os outros tenham também já solicitado essas peças ao Tribunal de Contas, me parece, inclusive, num requerimento anterior pedia todos os relatórios ao Tribunal de Contas, algo mais ou menos assim, mas como há um pedido específico do Relator, acho que devemos aprovar aqui, pois trata exatamente da pessoa que vai fazer o relatório e que precisa desses dados em mãos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Não havendo mais quem queira usar da palavra, coloco em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado. Eu queria só responder à questão de ordem do Deputado Sérgio Reis, que fez no início da nossa sessão, a respeito de que o primeiro requerimento contemplava o requerimento dele. Realmente contempla, mas nós vamos somente ajuntar ou colocar, apensar, como diz a Assessoria Técnica, para que possamos executar o nosso trabalho. Eu queria comunicar esta Comissão que, em função da questão do recesso, nós vamos suspender os trabalhos da Comissão, durante o mês de julho, para que nós possamos retornar em agosto. Entretanto, até final desta semana, nós vamos colocar os trabalhos que nós devemos executar já no início de agosto e comunicaremos a cada membro desta Comissão para que quando retomarmos as atividades em agosto, retomamos em pleno trabalho.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** – Presidente ...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) – Pois não, Deputado Sérgio Reis.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** - ..., queria fazer uma sugestão a V.Exa., que pudesse fazer uma reunião informal, talvez amanhã fosse convocada uma reunião informal para que nós pudéssemos analisar alguns fatos importantes sobre esta Comissão. Estou bastante preocupado, Sr. Presidente, nobres colegas, com o andamento que está se dando a esta Comissão. Nós precisamos tomar um norte, observar algumas ações que estão sendo feitas e que foram tomadas, nós precisamos, inclusive, nos aprofundar em algumas questões básicas, porque nós não iremos ter condições, de forma alguma, de visitar todas as obras que estão inacabadas em nosso País. Eu acho que temos que direcionar, Sr. Presidente, Sr. Relator, algumas ações. Nós poderíamos, Sr. Presidente, relacionar, inclusive até agora no próprio mês de julho, era uma sugestão que eu queria dar a V.Exa. que nós pudéssemos talvez pegar uma semana desse mês de julho e fazermos algumas visitas em alguns Estados, em algumas obras que, posteriormente, nós poderíamos relacionar, até para que o mês de agosto, quando nós retornássemos a esta Comissão, nós já tivéssemos algo de concreto. Porque eu estou sentindo que a coisa está um pouco supérflua, e a gente acaba não tendo uma condição de se aprofundar em determinados temas, em determinados assuntos. E para o bom prosseguimento e o bom andamento dos trabalhos dessa Comissão, eu sugeria a V.Exa. e que posteriormente V.Exa. pode nos responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Avenzoar Arruda.



**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** - Sr. Presidente, duas questões basicamente. Uma delas é sobre a determinação de prazos para a resposta dos requerimentos de informações solicitadas aqui. Eu estive na Secretaria da Comissão e vi essa preocupação. Por quê? Porque no pedido de informação que nós fazemos no Plenário, tem um prazo constitucional, 30 dias. No caso da CPI, não há o prazo constitucional determinado. Nós podemos até fazer uma similaridade ou coisa dessa natureza, mas eu não sei se é o correto. V.Exa. tem que determinar o prazo. Então, entendo que mesmo aqueles requerimentos que V.Exa., porventura, não tenha determinado prazo, que o faça, ou seja, uma complementação, enviando para isso os prazos, ou seja... E não pode, evidentemente, ser mais do que o prazo que a Constituição já dá para as informações do Plenário. Porque a Comissão, geralmente nós adotamos em outras Comissões, o prazo de... o quê... da metade, para poder trabalhar mais rapidamente. Bem, mas eu faço inclusive a sugestão de que seja exatamente 50% do prazo estabelecido para informações de Plenário. No caso de uma CPI nós temos prazo para trabalhar também. Essa é a primeira questão. A segunda é a necessidade — aí colaborando e, digamos assim, concordando com o Deputado Sérgio Reis, sendo que adendando um aspecto fundamental — que é nós termos um calendário de depoimentos. Como é que nós vamos elaborar? Então, acho que aí a Mesa, no caso mais o Relator, o Presidente, os dois Vice-Presidentes e o Relator poderia fazer uma...

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO REIS** - Nobre Deputado, um aparte, só para dar mais subsídios ao seu depoimento. A minha preocupação quando eu conversei com o novo Presidente é porque nós não temos dados. Eu fico bastante preocupado de nós convidarmos uma pessoa aqui para depor e não temos substâncias. Então, a



minha preocupação é justamente essa: a gente se aprofundar mais. Talvez agora, no mês de julho, a gente tomar conhecimento, tomar norte sobre algumas ações, para que a gente aí, a partir desse momento, consiga seguir o nosso caminho.

**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** - Pois bem. Concluindo, Sr. Presidente, é o seguinte. Nós, no meu entendimento, no final de julho... Eu não sei como trabalhar no mês de julho. Bom, não quero me opor, mas acho, dado uma questão de recesso, poderia causar algum problema de invalidade de algum trabalho. É uma possibilidade. Eu não quero questionar isso. Agora, eu quero só firmar o seguinte. Entendo que no mês de julho, nós vamos estar trinta dias, no mínimo. Essas respostas devem ter chegado aqui, boa parte. Nós já temos uma massa de resposta aqui. E aí, óbvio, que nós temos que ter uma estratégia de investigação, evidente, que a Mesa deve montar. Ou seja, ninguém vai começar, por exemplo, pelo — sei lá —, pelo Ministro da Fazenda, por exemplo. O certo é começar pelos secretários. Nós temos aí convocações... Eu não saberia e não teria informação suficiente para questionar, por exemplo, o Secretário de qualquer outro Estado, mas o da Paraíba eu tenho, que eu fiz a convocação. Para esse aí eu tenho, está entendendo? Lógico, que eu também não quero fazer uma coisa particular, como se diz. Não é esse a pretensão. Estou dizendo que daqui para lá nós vou ter essa massa de informações certamente. Então, Sr. Presidente e Sr. Relator, o que eu estou reivindicando é que se faça um calendário, que na primeira sessão que V.Exa. vai convocar... Certamente para 1º... quando é, dia 1º? É, 1º de agosto. Primeiro de agosto volta. Mas deve ter a data aí, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Primeira semana de agosto.



**O SR. DEPUTADO AVENZOAR ARRUDA** - Então, para a primeira semana de agosto, ou seja, na primeira sessão aqui, se presente, ou seja, nós podemos fazer uma reunião... Posso colaborar, não sou da Mesa, mas posso colaborar, posso fazer proposta, não é esse o caso. Acho que a Mesa poderia resolver. Às vezes, quando a Comissão fica muito grande, fica mais difícil trabalhar. Mas se apresentasse aqui um calendário, ou seja, de depoimentos, como sugestão, para que nós pudéssemos aqui preencher e ver a regra tal e a Comissão aprovaria, está entendendo? O temor é que nós comecemos, no próximo semestre, já com uma massa de informações, sem esse calendário e crie um problema aqui com essa dificuldade. É uma sugestão apenas nessa direção, ou seja, de determinação de prazos para resposta. Acho que isso é fundamental. Não pode ser mais do que o prazo constitucional que já está aí. E a questão de um calendário de depoimentos. Eu acho que é fundamental a gente ter.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Essa Presidência acata a sua sugestão e vai verificar. Eu queria consultar se o nobre Relator quer usar da palavra.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Damião Feliciano) - Não havendo nada mais para tratar, declaro encerrados os trabalhos, antes convocando a próxima reunião para a primeira semana de agosto, desejando naturalmente um bom recesso lá nos seus Estados.